

CONJUNTURA

“Petrobras pode quebrar o país”

Pressionado pelo alto preço dos combustíveis, Bolsonaro volta a atacar a estatal e reacende crítica a governadores

» CRISTIANE NOBERTO

Fernando Frazão/Agência Brasil



Sede da Petrobras no Centro do Rio de Janeiro: política de paridade com o mercado internacional e autonomia na mira do governo

O presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a criticar a Petrobras e os governadores, ao tratar, ontem, dos altos preços dos combustíveis. Ele disse que, se houver novo reajuste do óleo diesel, a Petrobras será responsável por “quebrar o Brasil”. E voltou a criticar a tributação estadual sobre esses produtos. “Deixo claro: é um crime cobrar um real de ICMS por litro de óleo diesel. E, como afirmei no mês passado, a Petrobras pode quebrar o Brasil com isso (os reajustes de preços)”, disse em coletiva de imprensa realizada na manhã de ontem no Recife, após sobreviver em áreas afetadas pela chuva em Pernambuco.

Bolsonaro seguiu criticando governadores e os membros do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que, de acordo com ele, já começaram a acionar a Justiça contra o projeto de lei (PLP 211/21), aprovado na semana passada pela Câmara dos Deputados, que enquadrava combustíveis, energia elétrica, transportes e telecomunicações como bens essenciais, que passarão, desse modo, a ter a alíquota de ICMS limitada a 17%. De acordo com o chefe do Executivo, a medida havia sido acertada com os secretários de Fazenda.

Mas, segundo o presidente, os secretários “sempre atuaram pelo interesse dos respectivos governadores, e não pensando na economia popular nem na economia brasileira”. O receio dos governadores é de que a limitação do ICMS prejudique os cofres nos estados, que dependem largamente da arrecadação do tributo. A estratégia agora é apelar para uma interlocução maior com os senadores e com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na tentativa de barrar a votação por lá.

Troca de comando

O preço dos combustíveis é uma das questões que mais pesam para Bolsonaro na campanha de reeleição. Ontem ele



Trocamos o ministro de Minas e Energia e agora estamos buscando trocar o presidente da Petrobras. O que nós estamos sabendo é uma caixa preta muitas vezes. Você não tem informações. O tal do PPI, paridade de preço internacional, nós queremos saber a mecânica disso”

Jair Bolsonaro,
presidente da República

disse que trabalha para “não interferir” na Petrobras para baixar os preços. Mas, buscando ter mais controle sobre o assunto, recentemente ele trocou o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, por Adolfo Sachsida, um homem de confiança do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Além disso, anunciou mais uma troca na presidência da Petrobras, indicando para o cargo o secretário Especial de Desburocratização e Governo Digital do Ministério da Economia, Caio Mário Paes de Andrade, que já foi presidente do Serpro na atual gestão federal. O nome de Paes de Andrade, porém, ainda precisa passar por avaliação de comitês internos da Petrobras antes de ser levado à aprovação da Assembleia de Acionistas, o que só deve ocorrer no final de julho.

Em entrevista ao programa Alerta Nacional, da Rede

TV, gravada no sábado em Manaus, e exibida ontem Bolsonaro confirmou estar trabalhando para que a estatal obedeça a um espaçamento temporal maior entre um reajuste e outro de preços.

“Trocamos o ministro de Minas e Energia e agora estamos buscando trocar o presidente da Petrobras. O que nós estamos sabendo é uma caixa preta muitas vezes. Você não tem informações. O tal do PPI, paridade de preço internacional, nós queremos saber a mecânica disso”, disse em referência a política da estatal de acompanhar o mercado internacional do petróleo.

Desabastecimento

“Isso (a PPI) foi feito no início do governo Temer. Toda vez que sobe lá fora, sobe aqui dentro. Pelo que parece, pelo estatuto da Petrobras, essa paridade

de preço internacional não precisa ser reajustada automaticamente, ela tem um espaço de até um ano. No final do ano, você faz uma conta de chegada, tendo em vista o lucro da Petrobras, com a parte que vai para o governo federal”, emendou.

Em outro trecho da entrevista, o presidente admitiu que pode haver desabastecimento de diesel, com possibilidade de racionamento do insumo, ressaltando, porém, que essa ainda não é a situação. Ele lembrou o Brasil tem estoque para 40 dias sem precisar de importação. “Não (temos risco de desabastecimento) ainda. Nós precisamos de refino. Se o mundo subir muito o preço dos combustíveis, não destilar lá fora, não refinar, pode faltar, não só para nós, para o mundo todo. Temos que importar gasolina e diesel porque não temos capacidade de refino”, disse.

Lira quer ação do Cade contra estatal

Zeca Ribeiro/Agência Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pediu ontem que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) tome “medidas mais duras” contra o que chamou de “exageros” na política de preços da Petrobras.

“Contra a Petrobras, sempre podem ter medidas mais duras. O Cade já deveria ter dado resposta a exageros de monopólio da Petrobras”, afirmou Lira, em entrevista exibida pela Record News. Como exemplo do endurecimento das medidas, ele disse que o Cade deveria investigar uma denúncia de cartel na venda do gás de cozinha pela estatal.

“Se você pega a exploração do preço do gás no pré-sal com centavos de dólares e, quando esse gás entra no gasoduto da Petrobras, ele vai para US\$ 10 a US\$ 12, o que justifica esse custo? A Petrobras pode responder por isso e por muito mais coisas”, afirmou.

Pressionado pelo Palácio do Planalto e pelo Ministério da Economia para tomar ações que resultem na queda do preço dos combustíveis, o Cade tem ao menos 11 investigações abertas que envolvem direta ou indiretamente a Petrobras. Há processos abertos desde 2009, e a maioria ainda não teve resultados práticos.

Lira tem liderado uma ofensiva contra aumentos de preços dos combustíveis e tem o apoio do governo, num momento em que o efeito da alta da inflação nas chances de reeleição de Jair



Lira diz não haver como privatizar a Petrobras agora, mas defende a venda de ações da estatal

Bolsonaro (PL) preocupa o comitê de campanha do presidente. Aliado do chefe do Executivo, ele passou a defender a privatização da estatal, assim como Bolsonaro.

Arthur Lira também voltou a pressionar o governo pelo envio de um projeto de lei ao Congresso para vender parte das ações da Petrobras, de modo que a União deixe de ser a acionista majoritária da empresa. O deputado ponderou que não vê tempo para

uma privatização completa da empresa neste momento.

“Temos como fazer isso agora, privatizar a Petrobras? Penso que não. Pela polarização, pela necessidade de um quórum específico de mais de 308 votos, nós não teremos condições agora”, declarou o presidente da Câmara. “Mas nós, agora, teremos condições, se o governo mandar, de vender parte das ações da Petrobras, isso subsidiado por

um projeto de lei de maioria simples, no Congresso Nacional, e o governo deixa de ser majoritário”, emendou.

Para Lira, a Petrobras precisa deixar de ser uma empresa estatal e “viver de acordo com suas necessidades”. O deputado fez uma série de críticas à petroleira, principalmente relacionadas à distribuição de dividendos aos acionistas. Na semana passada, ele já havia sugerido que o governo vendesse ações da



Contra a Petrobras, sempre podem ter medidas mais duras. O Cade já deveria ter dado resposta a exageros de monopólio da Petrobras”

Arthur Lira (PP-AL),
presidente da Câmara dos Deputados

Municípios protestam contra PEC 110

As prefeituras e os setores de serviços e agricultura se manifestaram, ontem, contra a tramitação da reforma tributária embutida na Proposta de Emenda à Constituição 110, cuja votação pode ocorrer hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Defensor de uma discussão criteriosa sobre a reforma tributária, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), procurou serenar os ânimos mais uma vez. Após reunião com os secretários estaduais de Fazenda, o senador reforçou, ontem, que a PEC 110 é um desejo dos Estados.

“Após a CCJ, a PEC 110 virá para presidência e será pautada sem adocamento, com todo o tempo para a apresentação de emendas pelos senadores. Lembrando que a CCJ não esgota apreciação da PEC 110. Ainda haverá a apreciação pelo plenário do Senado em dois turnos e pela Câmara”, completou Pacheco.

Apesar do esforço do presidente do Congresso, é grande a controvérsia sobre a PEC. O texto cria um Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) Dual para unificar impostos federais em uma única contribuição e estabelece um imposto único para Estados e municípios. Segundo documento divulgado pelas prefeituras, a proposta “fere a autonomia dos municípios”, “trará prejuízos à população que não estão sendo devidamente considerados” e “retira dos municípios cerca de R\$ 354 bilhões em 15 anos”.

Debate inadequado

O texto é assinado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que reúne as capitais e as cidades com mais de 80 mil habitantes, o que representa 61% da população e 74% do PIB do país; pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASFIN); e pelo Fórum Nacional de Secretários Municipais de Fazenda e Finanças.

A reforma contida na PEC 110 unifica a cobrança de tributos em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), criando um IVA Dual. Este é dividido em dois tributos: um federal, unindo PIS e Cofins na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS); e outro subnacional, chamado de IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que unificaria o ICMS, cobrado atualmente pelos estados, e o ISS, receita própria dos municípios. A PEC prevê, ainda, a criação do Imposto Seletivo (IS), em substituição ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Outros setores

As prefeituras não estão sozinhas nas críticas à PEC 110. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasce) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) — que representam as empresas dos setores de serviços e agricultura — também se manifestaram contra a proposta.

Os líderes desses setores avaliaram que a discussão da PEC não seria oportuna neste momento, às vésperas da eleição. Segundo eles, alimentos e até medicamentos devem sofrer aumento de carga se a proposta for levada adiante.

O relatório da PEC 110 foi lido na sessão de 23 de fevereiro da CCJ pelo senador Roberto Rocha. Desde então, enfrenta forte resistência. Na sessão de 16 de março, houve intensos debates entre os senadores. Diante da iminente derrota, a votação foi adiada, e as discussões, encerradas.